



OS SENTIDOS E OS LIMITES DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: ESTUDO DE CASO SOBRE OS PROJETOS DO INSTITUTO ALGAR

*Marcilio Rodrigues Lucas**

Cite este artigo: LUCAS, Marcilio Rodrigues. Os sentidos e os limites da responsabilidade social empresarial: Estudo de caso sobre os projetos do Instituto Algar. **Revista Habitus:** revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p.37-53, 16 abr. 2007. Anual. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 16 abr. 2007.

Resumo: A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) é uma das expressões mais importantes do que se denomina “terceiro setor”. Por isso, o estudo dos projetos do Instituto Algar deve ter como pano de fundo a análise das concepções que permeiam esta esfera, inclusive a noção de sociedade civil implícita nesse conceito. Além disso, entendemos que uma análise crítica da RSE deve ir além dos benefícios imediatos proporcionados pelos projetos, reconhecendo seus limites e sua funcionalidade no contexto de ascensão das práticas neoliberais, em que o Estado se afasta da “questão social” e ganha força uma concepção restritiva de cidadania.

Palavras-Chave: responsabilidade social empresarial, terceiro setor, sociedade civil, Estado, neoliberalismo.

1. Introdução

A Responsabilidade Social Empresarial (RSE), como discurso e prática, é um fenômeno cada vez mais difundido no meio empresarial e em toda a sociedade. Cotidianamente, a ascensão da RSE se expressa em um número cada vez maior de que levam produtos e serviços sociais de empresas que também não têm algum projeto social. Pode-se afirmar com certa tranquilidade que a RSE representa, atualmente, uma das formas mais estruturadas e mais emblemáticas do que é conhecido como “terceiro setor”[1].

Na medida em que cresce como forma de intervenção social, a RSE ganha espaço também no meio acadêmico, tornando-se objeto de pesquisa cada vez mais freqüente em diversas áreas das ciências humanas. É dentro desse contexto e com o intuito de contribuir no debate e na compreensão do tema da RSE, que este trabalho se apresenta.

O universo empírico da pesquisa é constituído por projetos desenvolvidos na região de Uberlândia-MG pelo Instituto Algar – criado pela Algar, grupo empresarial que atua nas áreas de telecomunicação, entretenimento e agronegócios, principalmente nas regiões Sudeste e Centro-oeste do Brasil. Dentre os vários programas de investimento social e de voluntariado desenvol-

vidos pelo Instituto Algar, foram escolhidos dois projetos específicos: *o Correio Educação e o EmCantar*.

Os dois projetos serão analisados quanto à sua natureza, sua abrangência pretendida e efetiva, sempre ponderando em que medida eles são representativos do conjunto de práticas e concepções da RSE como um todo. Para isso, levaremos em conta as representações dos agentes envolvidos direta ou indiretamente nos projetos.

Apresentado o universo empírico, torna-se necessário esclarecer a perspectiva analítica que informa a pesquisa. Por entender que o significado da parte está no todo, este trabalho analisa o fenômeno da RSE, e o “terceiro setor” em geral, tendo como referencial a totalidade social[2]. Os discursos e práticas da RSE não serão tratados em si mesmos, de forma isolada, mas levando-se em conta o contexto sócio-histórico mais amplo do neoliberalismo com suas principais implicações nas diferentes esferas da vida social. Assim, o próprio conceito de “terceiro setor” deve sofrer um exame crítico, já que reflete uma percepção segmentada da realidade, que não apreende as determinações daquilo que se apresenta no plano empírico-factual imediato.

Cabe ressaltar que ao afirmarmos que não existe uma esfera realmente autônoma em relação ao controle social exercido pelo capital, não estamos negando a existência e a possibilidade de resistências, até mesmo porque as contradições fundamentais continuam a existir e seu enfrentamento é cada vez mais inadiável. Nesse ponto é importante ressaltar a contribuição de Antonio Gramsci (1974), para quem a sociedade civil é o *locus* da organização da dominação de classes em que ocorre a disputa por hegemonia no sentido de uma direção intelectual, moral e política da sociedade. Sendo esta sociedade civil parte integrante da ordem do capital, as lutas de classes – manifestas ou latentes – estão presentes nos diversos aparelhos de construção de hegemonia.

O contexto de ascensão do “terceiro setor” e da RSE é de transformações importantes referentes à reestruturação do capital e ao afastamento do Estado no que diz respeito às questões sociais. Assim, tal ascensão deve ser entendida como “um fenômeno participe dessas transformações gerais, como produto delas” (MONTAÑO, 2002:52). Portanto, a análise aqui proposta vai num sentido contrário a perspectivas fragmentadas que não conseguem ir além dos benefícios imediatos, resultando em meras descrições contemplativas da RSE.

Por outro lado, interpretações críticas que identificam a RSE como mera estratégia empresarial visando garantir mercados consumidores e deduções fiscais, apesar de terem fundamento real, também não apreendem de forma orgânica a RSE como um fenômeno sócio-político, um novo padrão de intervenção social, de grande expressividade na (contra-) reforma neoliberal do Estado e na construção de uma concepção restritiva de cidadania.

Para a realização dessa crítica, torna-se necessário o enfrentamento de uma questão importante no que se refere ao “terceiro setor” – e, por extensão, à RSE. Trata-se da discussão quanto ao seu papel na transformação da sociedade, ou seja, suas *potencialidades emancipatórias*. A perspectiva de análise deste trabalho é de que o “terceiro setor”, ao defender uma prática que se define *harmônica e integradora*, mistifica e encobre contradições concretas. Com a defesa de

ações mais palatáveis à ordem e até mesmo assimiláveis pelo capital, o “terceiro setor” busca substituir – quando não combater – formas de intervenção que buscam transformações profundas na sociedade. Na questão específica da RSE, a mistificação e a contradição são mais gritantes, já que as empresas passam a reivindicar a condição de agentes competentes no enfrentamento de mazelas sociais (exclusão, pobreza, destruição ambiental) que, na verdade, são consequências sistemáticas da ordem capitalista contemporânea, principalmente na sua configuração periférica, cuja expressão concreta são essas próprias empresas.

2. O "Terceiro Setor".

Como a Responsabilidade Social Empresarial é considerada parte integrante de um conjunto de concepções e práticas vinculadas ao que se denomina “terceiro setor”, esse deve ser o primeiro aspecto a ser discutido nesta análise.

As teorias que definem o “terceiro setor” têm como pressuposto lógico a possibilidade de se identificar três esferas sociais distintas. De acordo com essas análises, o primeiro setor se referiria à esfera do poder político institucional representada pelo Estado. O segundo setor seria aquele representado pelo mercado, ou seja, pela produção e circulação de bens e serviços visando o lucro[3]. Já o “terceiro setor” seria o setor da sociedade civil, composto por indivíduos, grupos e instituições que agem de acordo com uma racionalidade diferenciada em relação aos outros dois setores.

Na esfera governamental, os agentes são públicos e a finalidade dos serviços prestados e dos direitos estabelecidos também é pública – desconsiderando-se aqui a corrupção, quando agentes públicos realizam seus interesses privados. Já o mercado é composto por agentes privados que buscam atender seus próprios interesses, ou seja, visam o lucro individual. O “terceiro setor”, segundo tais teorias, é composto por agentes privados que almejam fins públicos, ou seja, é não-governamental e não visa lucro. Nesta perspectiva é que Rubem César Fernandes escreve:

“Marcando um espaço de integração cidadã, a sociedade civil distingue-se, pois, do Estado; mas, caracterizando-se pela promoção de interesses coletivos, diferencia-se também da lógica do mercado. Forma, por assim dizer, um “Terceiro Setor”. (FERNANDES, 2000: 27).

Apesar das diversas divergências pontuais na literatura do “terceiro setor” aqui tratada, é lugar comum identificar o “terceiro setor” como uma alternativa inovadora no enfrentamento de desigualdades sociais e problemas ambientais crescentes, já que a burocracia estatal encontra-se inoperante e distante e o mercado, em si mesmo, não tem interesse em tais demandas sociais.

O alerta de Jeremy Rifkin é esclarecedor da perspectiva que defende a existência de um “terceiro setor”:

“É necessário acabar com os paradigmas políticos e compreender que cada país tem três setores e não dois. Uma vez que se compreenda isso, abrir-se-á a possibilidade de um novo contrato social para esta civilização; trata-se de uma nova visão e de uma nova missão para o século XXI. O setor do mercado cria capitais e empregos de mercado, mas isso não é suficiente. O setor do governo

cria capitais e empregos de governo, mas isso também não é suficiente. Existe ainda a sociedade civil, que cria capital social e empregos” (RIFKIN, 2000: 20).

O que normalmente se identifica como “terceiro setor” é composto por um conjunto muito diverso de agentes e formas de organização. Trata-se de uma gama imensa de ações voluntárias, instituições filantrópicas destinadas à prestação dos mais diversos serviços sociais, ONGs com projetos de intervenção sistemática e organizações de defesa de direitos de grupos sociais específicos. Pode-se dizer que engloba ações desde o assistencialismo mais paternalista e conservador até organizações com intervenções bastante estruturadas no seio da sociedade orientadas por concepções mais amplas de cidadania.

Diante desta complexidade, torna-se inclusive difícil agrupar tantos componentes em um mesmo conceito. Por isso, é que Rubem César Fernandes aponta quatro convergências fundamentais que possibilitam unir orientações tão diversas sob o mesmo “setor”. De acordo com ele, o “terceiro setor”: 1) faz contraponto às ações do governo; 2) faz contraponto às ações do mercado; 3) empresta um sentido maior aos elementos que o compõem ao recuperar o pensamento trinário, superando divisões dicotômicas; 4) projeta uma visão integradora da vida pública. (FERNANDES, 2000: 29-32). Essas quatro características estariam presentes nos mais diversos grupos do “terceiro setor”.

Na década de 1940, a expressão “ONG” no Brasil se referia basicamente a organizações de cooperação internacional – formadas por Igrejas, instituições de solidariedade ou governos de países – que ajudavam outras organizações e movimentos sociais nos países pobres. A partir dos anos 60 e 70, no Brasil e em grande parte da América Latina, as ONGs ganharam grande força representando formas alternativas de oposição política aos regimes autoritários. No final da década de 80, os processos de democratização foram acompanhados de políticas econômicas regressivas que afetavam grupos sociais com os quais as ONGs mantinham forte vínculo: os setores populares. Diante disso, tais organizações passam por processos de redefinição: com o mercado, e não mais os governos autoritários, sendo o grande regulador da sociedade, a visão das organizações da sociedade civil como instrumento de reivindicação política, de acordo com Andrés Thompson (2000: 46), “cede lugar à pressão pela profissionalização no provimento dos serviços sociais, aliviando, assim, o papel do Estado e a pressão sobre o mercado”. A partir desse período, além do não-governamental, o caráter de sem fins lucrativos torna-se fundamental, dando vigor ao conceito de “terceiro setor”.

No que se refere especificamente à relação com o Estado, pode-se dizer que o “terceiro setor” passa de uma relação marcada basicamente pela oposição para o estabelecimento de parcerias, no sentido de complementar a realização de políticas públicas. Com relação ao mercado, o “terceiro setor” busca alianças com o intuito de captar recursos financeiros e utilizar a estrutura organizativa das empresas para desenvolver projetos com fins sociais. Enfim, o grande desafio do “terceiro setor”, com relação às outras duas esferas, seria reinventá-las no sentido de defender e realizar interesses comuns, criando uma nova cultura em oposição ao individualismo reinante (THOMPSON, 2000: 47).

A partir dessa interação com o mercado, é que se consolida a Responsabilidade Social Empresarial como parte integrante do “terceiro setor”. A RSE é apresentada como a combinação de toda a estrutura e eficiência das empresas com uma perspectiva voltada para o interesse público, visando proporcionar melhorias à sociedade. A idéia central é que as empresas começam a ter consciência da necessidade de assumirem um papel mais amplo na sociedade, indo além da geração de riqueza e lucros. Portanto, pode-se dizer que RSE é o conjunto de discursos e práticas que revelam o envolvimento das empresas com o que se costuma identificar como “questão social”. Assim, a RSE constitui-se de ações voluntárias das empresas que englobam desde atitudes esporádicas e meramente assistencialistas, passando por reestruturações internas que visam melhor relacionamento com trabalhadores, clientes e fornecedores, até formas de intervenção estruturada e sistemática com a criação de fundações e institutos voltados para o enfrentamento de problemas sociais e ambientais.

Pode-se definir diferentes concepções e práticas empresariais, que se configuram em estágios em que determinado padrão de comportamento e discurso predomina. Tendo como referência esses modos de agir das empresas, é possível distinguir as auto-representações da RSE em três etapas: 1) *visão clássica*: de acordo com esta, a função da empresa é gerar lucros sem fraudes; 2) *visão instrumental-pragmática*: a responsabilidade social passa a ser vista como um fator de competitividade que pode ajudar na disputa por mercado; 3) *visão instrumental-emancipatória*: na perspectiva de um “capitalismo socialmente orientado”, percebe a RSE como fator que contribui para o bem-estar da comunidade[4].

Além de proporcionar maior bem-estar na comunidade em que está inserida, são comumente apontadas várias vantagens para a empresa que desenvolve projetos de RSE. Entre elas estão a melhoria da imagem da empresa e a conseqüente diferenciação em relação aos concorrentes, a geração de mídia espontânea, proteção contra ação negativa dos consumidores, atração de funcionários dedicados, a diminuição do controle por órgãos externos, atração de investidores e vantagens fiscais (TOLEDO, 2002).

Conforme já foi apontado, o conjunto da RSE integra diversas formas de ação, como doações ocasionais, apoio a projetos do governo ou de organizações diversas da sociedade civil e desenvolvimento de projetos elaborados por institutos e fundações criados pelas próprias empresas. É interessante indicar que autores como Francisco de Melo Neto e César Froes (2004: 26-27) consideram responsabilidade social somente as formas mais estruturadas de cidadania corporativa. Segundo esses autores, apesar das ações filantrópicas de empresas serem embriões da responsabilidade social, não podem ser consideradas como tal, por ausência de consciência social ampla e de uma noção de dever cívico.

Para além da discussão sobre a identificação de determinadas formas de intervenção como constituintes ou não do universo da RSE, entendemos que ações mais estruturadas são mais emblemáticas e reveladoras da RSE como padrão de intervenção. Por isso, a pesquisa aqui desenvolvida definiu como objeto empírico projetos desenvolvidos pelo Instituto Algar.

3. O Instituto Algar no contexto da responsabilidade social empresarial

Esse instituto, que tem sede em Uberlândia-MG, foi criado em 2002 pelo grupo Algar, uma *holding* empresarial de grande importância regional e relativa representatividade nacional que atua nos ramos de telecomunicação, entretenimento e agronegócios nas regiões Sudeste e Centro-oeste do Brasil. Além da importância econômica, o grupo Algar tem se destacado, através do instituto, como um grande realizador e fomentador de atividades ligadas à responsabilidade social das empresas[5], inclusive com a realização de seminários locais com o intuito de ampliar o alcance do debate.

O Instituto Algar tem como foco de atuação a educação de crianças. Segundo dados do instituto, são desenvolvidos atualmente cerca de 20 projetos sociais na comunidade, todos eles ligados à educação. São parcerias diversas com 131 escolas públicas que envolvem 39.731 alunos e 1.244 educadores. As parcerias se dão através das secretarias de educação dos municípios em que atuam ou diretamente com as escolas atendidas, com investimento na formação continuada de professores e alunos, desenvolvendo projetos de longa duração e utilizando-se também de parcerias com ONGs especializadas na área educacional. Através do trabalho com temáticas como educação ambiental, cultura popular e resgate da memória local, o Instituto Algar se denomina uma liderança educadora e uma parceira da escola na construção de uma nova cultura na educação.

Os projetos do Instituto Algar são divididos em dois grupos diferentes: Programa de Voluntariado e Programa de Investimento Social. O Programa de Voluntariado organiza atividades voluntárias de funcionários da Algar em diversos âmbitos e é composto pelos seguintes projetos: *Acontecendo na escola, Alô Companheiro Solidário, Construir, Crescendo com @ educação, Cuidar, Incolê, Mãos à Obra, Orientar para Educar e Crescer, Leitura Viva, Pequeno Cidadão, Somos ParCeiros, Voluntários em Ação.*

Já o Programa de Investimento Social é composto pelos projetos *Correio Educação, Criança, EmCantar e Histórias da Nossa Terra*. Considerando a grande quantidade de projetos, nos restringimos aos ligados ao Programa de Investimento Social, especificamente os projetos *Correio Educação* e *EmCantar*. Optamos por projetos do Programa de Investimento Social pelo seu caráter sistemático e dentre os quatro existentes optamos pelos dois mais focados na região de Uberlândia. Antes de entrar na apresentação dos dois projetos, cabe ressaltar que ambas as iniciativas são bem anteriores à existência do Instituto Algar, criado justamente para sistematizar e dar suporte aos trabalhos que já vinham sendo apoiados e desenvolvidos pelo grupo Algar.

3.1. O Projeto Correio Educação

O Projeto *Correio Educação* foi criado no ano de 1994 a partir da iniciativa de uma professora, de uma escola da zona rural do município, que sentia a necessidade de trabalhar com jornais na sala de aula e, por isso, procurou a secretaria de educação de Uberlândia e depois o jornal *Correio* com a proposta de uma parceria. O objetivo fundante do projeto é levar edições do jornal às escolas públicas para serem trabalhadas com os alunos do ensino fundamental.

No Brasil, existem atualmente pelo menos 37 iniciativas semelhantes de programas de jornais na educação, vinculados à Associação Nacional de Jornais (ANJ). Estão divididos em 16 Estados e envolvem cerca de 3,5 milhões de alunos e 8.500 escolas. O jornal *Correio*, com o *Correio Educação* há mais de 10 anos, foi o oitavo jornal do país a desenvolver este trabalho na educação.

Em 1995, o projeto, que começou atendendo alunos de 5^a à 8^a séries de apenas duas escolas, estendeu-se para 23 escolas e passou a atender alunos de 3^a à 8^a com o jornal e alunos de pré a 2^a série com o suplemento infantil *Revistinha* que integra o jornal e é publicado uma vez por semana. Desde 2002, o projeto engloba 62 escolas, atingindo aproximadamente 30 mil alunos e 1.500 professores do pré à 8^a série.

A atuação do projeto não se restringe à distribuição de jornais nas escolas. Existe uma equipe pedagógica permanente – composta por três professores e um jornalista – que realiza cerca de 40 oficinas de formação de professores por ano, envolvendo instrução teórica e atividades práticas. São realizadas também palestras que apresentam aos professores como um jornal é produzido, sua importância para a permanente atualização do professor e de que forma ele pode ser inserido no cotidiano escolar com atividades teóricas, jogos educativos e exercícios lúdicos que incentivam o desenvolvimento intelectual do aluno.

Também com o intuito de auxiliar o professor, foi criado o *Guia de Atividades: o Correio na sala de aula*, que traz informações gerais sobre o processo de produção do jornal e dá diversas orientações de atividades e jogos, com conteúdos interdisciplinares, que podem ser desenvolvidos com os alunos a partir das informações trazidas pelo jornal. Além disso, objetivando aproximar ainda mais alunos e professores ao jornal, a cada quinze dias, um grupo visita a redação do *Correio*. Nessa atividade, professores e alunos acompanham todo o funcionamento do jornal, visitam o parque gráfico, conversam com os jornalistas e conhecem a rotina da redação.

Os dois alicerces que fundamentam e justificam o projeto são o incentivo à leitura e a democratização do acesso à informação. De acordo com seus gestores, através da utilização do jornal no dia-a-dia escolar, pretende-se desenvolver o interesse pela leitura, aprimorando a escrita e desenvolvendo a criatividade e o espírito crítico dos alunos. Além disso, o projeto é apresentado como um meio de ampliar o alcance da informação, ao manter cerca de 1.500 professores e 30.000 crianças em contato freqüente com o jornal, conseguindo atingir inclusive as famílias de crianças da 3^a e 4^a séries que podem levar com relativa freqüência o jornal para casa. Graças a este projeto, o jornal *Correio* conquista desde 2002 o *Selo Empresa Cidadã* promovido pela Câmara de Desenvolvimento de Lojistas de Uberlândia (CDL) e renovado anualmente.

3.2. O Projeto EmCantar

O projeto *EmCantar* também está envolvido na educação de crianças, porém não se constitui a partir de uma parceria formal com a secretaria de educação de Uberlândia, por isso, o projeto está presente em escolas da rede pública tanto municipal quanto estadual. O *EmCantar* foi criado em 1996, por iniciativa individual de um funcionário de uma das empresas do grupo Al-

gar, que formou um grupo com crianças e adolescentes que se reuniam em oficinas cujas atividades articulavam várias dimensões da vida através da música de compositores brasileiros pouco divulgados.

O projeto se propõe a ir além da esfera educacional e tratar a sociedade na sua complexidade, trazendo discussões relativas a questões sócio-ambientais e cultura popular. A música é vista como forma de abrir canais de percepção e reflexão sobre o mundo, ou seja, o *encantamento* é tido como um canal para a intervenção social. A partir de três “temas geradores” – cultura popular, meio ambiente e música – o projeto visa contribuir para uma formação plena e humanizadora de crianças e adolescentes.

Atualmente o *EmCantar* reúne 600 integrantes, com níveis diversos de envolvimento e maturidade em relação ao projeto. O processo decisório fica a cargo de um núcleo gestor, composto por 6 pessoas, e um grupo de multiplicadores – cerca de 20 – que atuam nas oficinas. O projeto é dividido em três núcleos básicos: ambiental, de cultura popular e musical. Apesar da divisão, os núcleos não atuam isoladamente, trata-se apenas de dividir a responsabilidade de impulsionar determinadas linhas do projeto.

O núcleo ambiental – Núcleo Ambiental Cuitelinho – desenvolve atividades que, baseadas na idéia de responsabilidade socioambiental, visam mostrar as conseqüências e a importância da atuação individual e coletiva nos espaços que ocupamos. A questão ambiental é pensada de acordo com três ecologias (GUATTARI, 1991): a ecologia interior do “eu”, a ecologia social da relação do “eu” com o “outro” e a ecologia da natureza, o “eu” com o ambiente físico. O núcleo realiza estudos e pesquisas socioambientais, elabora e propõe condutas responsáveis, além de produzir desenhos animados com a temática ambiental.

No Núcleo de Estudos e Pesquisas em Cultura Popular discute-se o atual modo de vida e os seus valores ao mesmo tempo em que se pesquisa sobre manifestações da cultura popular e histórias de vida de pessoas envolvidas nelas. O trabalho deste núcleo já rendeu seis documentários com temas como a Congada no Triângulo Mineiro, a Folia de Reis, Charqueada, um ancião filho de ex-escravos, entre outros.

A música é central nas diversas atividades do projeto. O que cabe ao Núcleo de Produção Musical é alavancar a reflexão e a prática musical nas diversas atividades do grupo, além de ser responsável pelo aprofundamento de questões técnicas necessárias para as apresentações e para gravação de músicas.

É importante destacar que o projeto *EmCantar* se dirige tanto à educação formal – com oficinas semanais nas escolas parceiras – quanto à educação informal através de oficinas, também semanais, abertas a toda comunidade. São cinco tipos de oficinas em Uberlândia e Araguari: oficinas com alunos nas 16 escolas parceiras (estaduais e municipais), oficinas com os professores numa outra parceria que envolve 10 escolas, oficinas para a comunidade, oficinas de percussão, realizadas junto ao SESC, direcionadas à formação musical dos multiplicadores do projeto e oficinas de percussão específicas para a comunidade. Somente em 2004 foram realizadas 550

oficinas com alunos e professores de escolas parceiras e 110 oficinas com pessoas da comunidade.

Os resultados e reconhecimentos do *EmCantar* são vários. O grupo já lançou dois CDs próprios, *EmCantar* (1999) e *Mutirão* (2003), já fez mais de 250 apresentações em Uberlândia, Araguari e outras cidades brasileiras, além de gravar participações especiais em CDs de diversos outros artistas. Além disso, o *EmCantar* produziu desenhos animados com temáticas socioambientais e documentários a respeito de manifestações da cultura popular. Entre outros reconhecimentos, o projeto recebeu o *Título de Desempenho Comunitário* oferecido pela Câmara Municipal de Uberlândia em parceria com o CDL em 2003 e também passou a integrar o Banco de Boas Práticas do Instituto Ethos a partir do mesmo ano.

3.3. A Especificidade do EmCantar

O que foi apresentado até aqui explicita apenas diferenças de focos de atuação e de métodos entre os projetos *Correio Educação* e *EmCantar*. Porém em relação ao que mais interessa à discussão da Responsabilidade Social Empresarial, existem alguns pontos que são de grande importância quando se faz o contraponto entre os dois projetos. O *Correio Educação*, apesar de ter sido idealizado por uma professora, constituiu-se desde o início como uma parceria entre o jornal *Correio* e a secretaria municipal de educação. Já o *EmCantar* foi criado em dezembro de 1996 por uma iniciativa individual, que formou um projeto coletivo, e até 1999 não teve nenhuma relação direta com o grupo Algar.

A parceria do *EmCantar* com o grupo Algar – especificamente com a empresa Engeset – surgiu quando a empresa decidiu mudar o perfil do CD promocional lançado anualmente para seus clientes, que até então continha gravações de artistas conhecidos da MPB e da bossa-nova. Em 1999, a área de marketing da empresa aceitou a proposta do *EmCantar* para patrocinar a gravação de um CD do projeto que seria o CD promocional para clientes naquele ano. O patrocínio se deu através da lei federal de incentivo à cultura, sendo, portanto, boa parte de valor gasto deduzida nos impostos. Também a partir de 1999, a Engeset passou a disponibilizar uma estrutura ao projeto: local confortável, água, luz, computadores, data-show, internet, etc. Depois desse primeiro contato, a parceria se aprofundou: no ano de 2000 a Engeset patrocinou o show de lançamento do CD e a partir de 2001 foi implantado um orçamento anual para o projeto, que incluía remunerações, transportes e infraestrutura. Portanto, o projeto é financiado pelo governo, através das leis de incentivo, e pelo grupo Algar – especificamente pela Engeset e, a partir de 2003, também pela ABC INCO.

As informações acima foram apresentadas com a intenção de mostrar uma especificidade do *EmCantar* em relação ao *Correio Educação* e a todos os projetos do Instituto Algar: há um grau diferenciado de autonomia do *EmCantar* frente ao grupo Algar, desde sua origem em 1996 até hoje, já que em julho de 2003 ele se constituiu como uma ONG. É por isso que os gestores do projeto afirmam que o seu foco não é a Responsabilidade Social Empresarial, mas sim, a transformação social através da realização de um projeto que não pertence ao Instituto Algar, mas é apoiado por ele. Em outras palavras, pode-se dizer que a RSE se relaciona com o projeto *Em-*

Cantar mas não o esgota, no sentido de que já existia um propósito de intervenção, fruto de uma insatisfação com a realidade, que posteriormente recebeu o apoio de empresas.

É interessante notar que essa diferenciação, fundamental para os integrantes do *EmCantar*, importa pouco para o grupo empresarial quando este apresenta seus projetos de RSE a clientes, fornecedores, funcionários e toda comunidade na qual está inserido. São duas formas diferentes de se perceber um mesmo fenômeno do qual participam de um lado os idealizadores/gestores do projeto e de outro a empresa que os financia. Diferenças que revelam a existência de interesses e perspectivas divergentes que, apesar de não se confrontarem radicalmente, disputam espaço no interior do projeto e da RSE como um todo.

4. “Terceiro setor” e responsabilidade social empresarial sob o ponto de vista da totalidade social

Apresentadas as perspectivas que informam o “terceiro setor” e a RSE e descritos os dois projetos pesquisados, cabe agora analisá-los – em termos de abrangência, representatividade, funcionalidade – como fenômenos partícipes da totalidade social. Tendo como orientação básica a teoria marxista e, especificamente, a análise de Carlos Montaña (2002), trataremos agora de forma crítica o “terceiro setor e os programas de RSE aqui apresentados.

A visão segmentada da realidade típica das teorias do “terceiro setor” tem, direta ou indiretamente, apoio na reflexão de Jürgen Habermas (1987). Este filósofo distingue duas esferas da vida social: o *mundo sistêmico* e o *mundo da vida*. O primeiro, constituído pelo Estado e pelo mercado, é fundamentado pela razão instrumental e marcado por relações heteronômicas típicas do capitalismo. Em oposição a essa esfera, o mundo da vida é caracterizado por uma razão comunicativa que se contrapõe à reificação imposta pelo sistema (mercado e Estado). A razão do mundo da vida funda-se na linguagem e se caracteriza pela busca do consenso entre os indivíduos através do diálogo. É a esfera da autonomia, que está em constante luta contra a colonização imposta pelo mundo sistêmico. Assim, para Habermas, a disputa política fundamental das sociedades contemporâneas é aquela que se dá nos pontos de encontro – e conflito – entre o sistema e o mundo da vida.

Essa elaboração de Habermas tem clara ligação com as teorias do “terceiro setor” já trabalhadas pelo fato de que distingue uma terceira esfera na sociedade com uma lógica diferenciada em relação ao mercado e ao Estado. Mas há outro ponto de convergência implícito não menos importante: o mundo sistêmico, das relações capitalistas, é considerado insuperável, restando apenas a possibilidade de se buscar a emancipação em uma esfera pública constituída por práticas autônomas – pelo agir comunicativo. Esta esfera autônoma então coexistiria – sempre se defendendo da colonização – com o mundo sistêmico.

Com relação ao “terceiro setor”, a crítica presente neste trabalho se deve ao fato de que a perspectiva de atuar a partir das “margens” da ordem sistêmica, sem embates diretos, mais do que realismo, contém pragmatismo e mistificação. O pano de fundo para tal mistificação é a idéia de defesa de um “bem comum”. Como critica Carlos Montaña, a idéia central é que

“os movimentos e organizações do ‘terceiro setor’ desenvolveriam uma prática (...) harmônica, integradora, de parceria, visando ao bem comum, e não aos interesses de classe – assim, as ONGs ‘cidadãs’, as empresas ‘cidadãs’ ou ‘participativas’, os indivíduos (cidadãos) solidários, o Estado ‘parceiro’”. (MONTAÑO, 2002: 149)

Nesta perspectiva está presente a noção de um interesse que se representa como mais amplo que o interesse de classe. Não é por outro motivo que Liszt Vieira diferenciou as organizações da sociedade civil daquilo que ele denominou “grupos de interesse”:

As associações da sociedade civil têm o papel de formadoras da opinião pública e constituidoras da opinião coletiva nos espaços situados fora do Estado e do mercado. Distinguem-se dos “grupos de interesse”, caracterizados pela lógica dos interesses econômicos particularistas e pela defesa dos interesses privados específicos, como, por exemplo, as organizações sindicais e empresariais. (VIEIRA, 2000: 61).

Para além da “neutralidade” perversa na equiparação feita entre organizações dos trabalhadores e dos empresários, há nessa análise a noção de que os interesses da sociedade civil estão acima do antagonismo estrutural entre capital e trabalho, ou seja, os interesses da sociedade civil seriam supraclassistas. Nesse sentido, a segmentação da sociedade em três setores, além de separar o mercado e a sociedade civil, oculta desta os conflitos de classe, que passam a ser vistos como embates de interesses econômicos particularistas. Esse é o papel mistificador do conceito de “terceiro setor” que, a partir de uma representação de “bem comum”, tenta transformar a sociedade, cindida em classes, em um todo harmônico e integrado.

A perspectiva de sociedade civil que informa esta pesquisa é bem diferente: baseada em Gramsci, entende que a sociedade civil é a sociedade das classes em conflito – latente e manifesta – e não uma esfera isolada da lógica e dos processos de reprodução do capital.

Um grande equívoco em se pensar uma esfera à parte em relação ao “sistema” está no fato de que a lógica do capital permite, de fato, a emergência de formas alternativas de ação – agir comunicativo ou uma “economia solidária” – mas, de forma alguma, ainda na vigência do capitalismo, estas formas podem se consolidar, se tornar autônomas e, muito menos, se expandir, estando fadadas a se extinguir ou permanecer nas margens da sociedade. Isso porque o sistema “sociometabólico do capital” (MÉSZÁROS, 2002) não se restringe à esfera econômica e ao Estado, necessitando de um controle social amplo que atinge o conjunto das esferas de sociabilidade. Como afirma Lukács (1989), a forma mercadoria se expande para a totalidade social. É claro que essa noção não nega a existência de ressignificações, tensões e resistências, sejam elas “capilares” e cotidianas ou sistematizadas e formais. O que se quer mostrar é o quanto é inconcebível uma esfera que não seja perpassada pela lógica e pelas contradições colocadas pelo sistema capitalista.

Em termos práticos também é problemático falar em autonomia do “terceiro setor”. Por mais que se considere uma esfera autônoma, com uma racionalidade própria, o “terceiro setor” é empurrado ao pragmatismo: na disputa por fundos – tantos estatais quanto do mercado – as organizações têm que se enquadrar em determinados limites para conseguirem sobreviver, de-

envolvendo atividades dentro do horizonte imposto pelos financiadores. Essa realidade parece não estar presente para as organizações bancadas pelas *ONGs financiadoras* de outros países. Porém as financiadoras retiram recursos de grandes transnacionais ou de governos de países ricos. A diferença, portanto, é apenas a existência de uma mediação a mais, o limite estrutural é o mesmo.

A maioria das ponderações apresentadas até aqui leva ao questionamento da validade do próprio conceito de “terceiro setor”, tanto por seus limites teóricos e práticos quanto por seu caráter mistificador. Podemos também, através da apreensão do contexto sócio-histórico, analisar criticamente a ascensão do “terceiro setor” como padrão de intervenção social.

No contexto de hegemonia neoliberal[6], em que o Estado reduz sua presença nas áreas sociais (infraestrutura, saúde, educação, segurança, etc.) as organizações da RSE, e do “terceiro setor” como um todo, tem uma funcionalidade no sentido de substituir, complementar ou concorrer com a ação governamental no que diz respeito ao enfrentamento das demandas sociais.

Porém, esse fenômeno é mais importante que uma mera alteração nas formas de produzir serviços públicos – ou seja, uma simples diminuição do espaço ocupado pelo Estado e um crescimento do papel do “terceiro setor”. Os discursos e práticas ligados à responsabilidade social de empresas têm um significado mais abrangente. Até mesmo uma análise que não se propõe a críticas substantivas à RSE afirma:

“é uma forma que hoje se busca de modo a institucionalizar os negócios e, dessa maneira, legitimá-los. Esse tipo de legitimação teria substituído o sistema clássico que se baseava no direito natural de propriedade e na mão invisível do mercado”. (CARTA CAPITAL, 2004: 7).

É, também, por esse fato que a análise crítica da RSE apenas como estratégia empresarial na competição por mercados ou como forma de se garantir isenções ou deduções fiscais, apesar de ter seus fundamentos concretos[7], tem um limite no sentido de não captar a importância do fenômeno na sociedade civil – que no sistema capitalista é uma sociedade de classes – como aparelho privado de hegemonia que produz e dissemina valores e percepções de mundo visando à direção moral, intelectual e política da sociedade.

Vejamos, por exemplo, o caso dos projetos aqui avaliados. Ao desenvolver oficinas e realizar palestras para ampliar a formação dos professores – profissionais pagos pelo poder público – e proporcionar atividades complementares aos alunos das instituições públicas, a empresa legitima e amplia seu papel na sociedade.

Conforme já foi apontado, e o caso de *EmCantar* é o mais emblemático, os projetos não são monolíticos, no sentido de que todos os envolvidos têm a mesma representação do fenômeno real – os idealizadores do *EmCantar* não têm as mesmas perspectivas que os gestores das empresas que patrocinam o projeto. Programas de RSE comportam disputas e tensões internas. Isso, porém, não impede que os analisemos sob o ponto de vista da totalidade, como expressão da RSE no contexto sócio-histórico amplo.

Mesmo com os limites apresentados, nas teorias do “terceiro setor” são muito comuns as discussões sobre suas *potencialidades emancipatórias*. Apesar do debate sobre emancipação ser algo bastante complexo, diversificado e inconcluso, podemos ponderar em que medida os projetos aqui apresentados poderiam ser identificados como transformadores da realidade social.

O trabalho realizado pelo *Correio Educação*, sem dúvidas, pode ampliar o horizonte pedagógico do professor e ajudar no desenvolvimento intelectual de crianças e adolescentes. Não podemos, porém, ignorar os limites. Sem uma reestruturação de todo sistema de ensino público (melhoria das condições de trabalho de professores e técnicos, melhores salários, investimentos em infraestrutura, redefinição dos projetos pedagógicos), projetos focalizados – característica típica do “terceiro setor” – como o *Correio Educação* são insuficientes, tornando-se, quando muito, meros paliativos. Além disso, o projeto não é neutro: o jornal distribuído é de propriedade do grupo Algar e não se pode desconsiderar a importância do monopólio da informação como um fator estratégico em nossa sociedade.

O *EmCantar*, além de ter um nível diferenciado de autonomia, se propõe a ir além de um mero complemento na formação escolar formal. Tanto nas atividades desenvolvidas nas escolas como nas que são voltadas para a comunidade, o grupo discute, elabora e propõe condutas socioambientais consideradas responsáveis. Além de desenvolver atividades lúdicas, com sentido em si mesmas e fundamentais para o ser humano, o projeto se destina a refletir sobre o relacionamento com a natureza e repensar pequenas ações individuais e coletivas que podem ter um impacto ecológico negativo.

Não obstante, entendemos que a crítica ao *modo de vida* atual é importante para uma formação consciente da criança, porém ela é limitada quando passa a ser considerada o horizonte para a transformação. Trata-se de uma tendência – um tanto idealista – que sugere, implicitamente, a primazia do consumo sobre a produção, o que possibilita pensar que mudanças de atos individuais levarão automaticamente a mudanças estruturais. Porém, a defesa destas alterações de hábitos cotidianos torna-se romântica quando desconsidera uma crítica ao *modo de produção* que estrutura e dá fundamentos para os padrões de vida e consumo marcados pela ausência de controle social, pelo desperdício e pela descartabilidade. Resta saber se o projeto seria financiado por alguma empresa caso desenvolvesse uma crítica a este modelo destrutivo.

Nesse sentido, a Responsabilidade Social Empresarial é a expressão mais emblemática de uma característica já inerente ao “terceiro setor” como um todo: o pragmatismo. Percebendo o mercado como um possível parceiro (a RSE é a expressão dessa possibilidade), as organizações evitam embates diretos, suavizam os discursos, tornando-os mais palatáveis à ordem. Isso fica claro na análise de Rubem César Fernandes, quando reflete sobre os problemas causados pelas “turbulências” existentes em países como Peru e Nicarágua. Diz ele:

O gênero de turbulência experimentado por estes últimos, com ameaças à unidade do corpo político, não favorece uma visão mais ampla dos empresários, nem a comunicação entre o setor privado e os ativistas sociais (FERNANDES, 2002, p. 99).

A contradição fica evidente: as organizações justificam sua existência pela sua intenção transformadora, mas, ao mesmo tempo, esta existência depende do financiamento empresarial e, conseqüentemente, do abandono de pontos cruciais de um projeto transformador. A perspectiva emancipatória se esvazia, restringindo-se ao plano do discurso, no sentido meramente retórico.

5. Considerações finais

De forma sintética, a partir dos projetos pesquisados e das teorias analisadas, pode-se dizer que as representações comumente presentes no “terceiro setor” e na RSE oscilam entre gerir a ordem ou transformá-la de algum modo. Este dilema é expresso por Andrés Thompson:

As organizações do “Terceiro Setor” deveriam funcionar como empresas eficientes no fornecimento de serviços ou deveriam funcionar como organizações portadoras de idéias de transformação e de utopias sociais? (THOMPSON, 2000: 46)

As duas formas de representação coexistem de forma que se torna difícil separá-las a não ser no plano analítico.

No que se refere ao fornecimento de serviços, é indiscutível que os dois projetos aqui apresentados tenham efeitos positivos concretos, trazendo benefícios imediatos à clientela atendida. Porém, baseando-se nos questionamentos aqui apresentados, a análise pode ir além desses efeitos imediatos. O fato de os dois projetos analisados atuarem em escolas públicas não é casual: a eficiência e a positividade de suas ações são decorrentes da ineficiência do Estado – nas suas expressões estadual e municipal – que abandona cada vez mais o investimento social para se adequar a ajustes fiscais cada vez mais rigorosos. O espaço deixado pelo abandono estatal é ocupado – não da mesma forma – pelo “terceiro setor” e pelo empresariado “responsável” que amplia seu poder social na difusão de valores na sociedade. É um dado concreto, de um processo real, independente das perspectivas que se tem em relação a ele.

No que se refere ao *Correio Educação*, uma representação muito comum é de que a presença do projeto, com a distribuição de jornais, aproxima o aluno da realidade em que ele vive, dando uma nova dinâmica ao ambiente escolar. Esta vitalidade trazida pelo projeto é de certa forma o contraponto ao dia-a-dia da escola pública sucateada e distante da realidade externa. O mesmo acontece, de certo modo, com o *EmCantar*, cujas oficinas trazem doses de alegria e *encantamento* para o ambiente desencantado e sem incentivos da escola pública brasileira. No âmbito das representações há uma polarização, na qual o pólo positivo é a empresa “responsável” e o pólo negativo é o Estado falido, o que indica que a RSE representa um fator de ampliação do “poder social” das empresas e por conseqüência da ordem capitalista[8], constituindo, assim, um importante aparelho privado no contexto da hegemonia neoliberal.

Para finalizar, pode-se dizer que apesar de os programas de RSE e do “terceiro setor” se constituírem como alternativas de emprego[9] aos seus integrantes e de propiciarem benefícios imediatos à comunidade atendida, não podem ser concebidos como agentes transformadores da

realidade social, na medida em que mistificam a realidade ao se representar como uma “esfera à parte”, sem contestar a heteronomia e a exploração no “mundo sistêmico”, que passa a ser visto como irresistível.

O mercado com sua lógica predatória e o Estado burocratizado e distante da “questão social” são dados incontestáveis, mas deve-se lembrar que a realidade dada é o *ponto de partida* para uma ação futura, mas não seu *limite*.

Por último, é importante ressaltar que essa crítica não indica uma noção fetichista em relação ao Estado (BIRH, 1999), entendendo-o como a grande alternativa para a transformação social. Trata-se, na verdade, de uma crítica a um processo de transformação de direitos universais conquistados – no âmbito do Estado capitalista – em “não-direitos” dependentes da ação fortuita e voluntária de indivíduos e empresas. Não se trata também da negação de qualquer intervenção no cotidiano da sociedade, mas sim, a negação da contemplação acrítica de “alternativas” extremamente limitadas, inseridas num processo de ampliação de poder social das empresas, que passam a ser apresentadas como – nas palavras otimistas de Fernandes (2002: 20) – “uma virtual revolução”. 🌀

NOTAS

* Discente do 4º ano de graduação em Ciências Sociais (nº de matrícula 3021363-7) na Universidade Federal de Uberlândia. Grupo de Pesquisa: *Trabalho, política e sociedade*. Projeto: *Responsabilidade Social Empresarial, disputa por hegemonia e sociedade política*. Orientador: Prof. Dr. Edilson José Gracioli (DECIS-UFU)

[1] A expressão será usada entre aspas devido aos limites desse conceito que serão apresentados no decorrer do texto.

[2] Trata-se de uma perspectiva holística, fundamentada no marxismo, que Georg Lukács estruturou em forma de ontologia. Nesse sentido, o “terceiro setor” e a RSE serão tratados como “parte (movente e movida) de um complexo concreto” (LUKÁCS, 1978: 2). Em outros termos, no nosso entendimento, não se trata de uma esfera distinta, autônoma em relação ao sistema sócio-metabólico do capital (MESZÁROS, 2002).

[3] A maioria dos autores estadunidenses inverte a classificação: considera o mercado como primeiro setor e o Estado como segundo. Ver Salamon (1985), Wuthnow (1991).

[4] Esta distinção em três etapas foi definida baseando-se em material do Instituto Algar, recolhido na pesquisa de campo. Numa tentativa semelhante, Antonio Carlos Martinelli (2000, p. 82-84) define três estágios que configuram as práticas das empresas: 1) *empresa somente como negócio*: patamar mais baixo, em que a empresa se relaciona de forma meramente instrumental com os outros agentes, buscando lucro a qualquer custo; 2) *empresa como organização social*: empresa passa a ser vista como instrumento de desenvolvimento social quando se relaciona de modo eficiente com os outros agentes; 3) *Empresa-cidadã*: esta é a expressão concreta da RSE, já que a empresa estabelece um compromisso ético com todos os grupos com que se relaciona e age na comunidade de acordo com uma concepção de “bem comum”.

[5] Nos últimos anos, o Instituto Algar já recebeu diversos selos e prêmios destinados a “empresas cidadãs” na região de Uberlândia. Além disso, figurou entre os 10 exemplos de cidadania corporativa do guia da revista Exame nos anos de 2000 e 2001.

[6] Os fundamentos do neoliberalismo podem ser encontrados em HAYEK (1990). Para um balanço e uma análise crítica do desenvolvimento da hegemonia neoliberal, ver ANDERSON (1996), ANTUNES (2003, 2004), entre outros.

[7] Vale indicar a edição especial de 2003 da revista *Carta Capital* que, na matéria *Muito trovão, pouca chuva* (p.38), se refere a empresas “adeptas” da RSE que gastam quase todo o orçamento dos projetos sociais em propagandas, restando muito pouco para a real efetivação deles.

[8] Nesse sentido, Paoli (2005, p. 407) afirma: “em um duplo movimento para fora de si mesma, a ‘empresa-cidadã’ realiza eficientemente sua beneficência localizada e produz, para o espaço público da opinião e para o espaço privado de seus pares, a perspectiva de uma presença ampliada, legítima, do próprio poder social do capital. Como disse exemplarmente um dirigente empresarial, ‘a empresa e a comunidade devem ser a mesma coisa’”.

[9] Apesar dos empregos gerados, as organizações do “terceiro setor” não podem ser vistas como soluções definitivas e duradouras para o problema do desemprego. Como afirma Ricardo Antunes, este “setor” constitui, na melhor das hipóteses, um “mecanismo minimizador da barbárie do desemprego estrutural”. (ANTUNES, 2003: 114).

BIBLIOGRAFIA

Livros, teses, artigos e capítulos de livros

ANDERSON, P. et al. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 9-38.

ANTUNES, R. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. Campinas: Autores Associados, 2004.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. *Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 7 ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

BOITO Jr., A. Neoliberalismo e relações de classe no Brasil. **Idéias**, 9(1), Campinas. (Dossiê: Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil), 2002. p. 13-48.

BOMENY, H.; PRONKO, M. **Empresários e Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: PREAL/CPDOC – FGV, Fundação Ford, 2002.

CAMAROTTI, I. **O que as empresas podem fazer pela erradicação da pobreza**. São Paulo: Instituto Ethos, 2003.

COELHO, S. de C. **Terceiro Setor**: Um Estudo Comparado Entre Brasil e Estados Unidos. São Paulo: Editora Senac, 2000.

COUTINHO, J. A. ONGs: origens e (des)caminhos. In: **Lutas Sociais** 13/14. São Paulo: NEILS, 2005. p. 57-65.

FERNANDES, R. C. **Privado, porém público**: o terceiro setor na América Latina. 3 ed. Rio de Janeiro: Civicus, 2002.

FERNANDES, R. C. O que é terceiro setor?. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (org.). **3º setor**: desenvolvimento social sustentado. São Paulo/Rio de Janeiro: Gife/Paz e Terra, 2000. p. 25-33.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

GRAMSCI, A. **Obras escolhidas**. Lisboa: Editorial Estampa, 1974.

GUATTARI, F. **As Três Ecologias**. 3ª edição. Campinas: Papirus Editora, 1991.

HABERMAS, J. **A crise de legitimação no capitalismo tardio**. Biblioteca Tempo Universitário nº 60. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.

HABERMAS, J. **A nova intransparência**: a crise do Estado do bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. *Novos Estudos Cebrap* nº 18. São Paulo, set. 1987. p. 103-114.

IOSCHPE, E. B. (org). **Terceiro Setor**: Desenvolvimento Social Sustentado. 2 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Gife/Paz e Terra, 2000.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Temas de Ciências Humanas**, 4. São Paulo: Ciências Humanas, 1978. p. 1-18.

LUKÁCS, G. O fenômeno da reificação. In: ---, **História e Consciência de Classe – estudos de dialética marxista**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elfos; Porto, Portugal: Publicações Escorpião, 1989. p. 97-126.

MARTINELLI, A. C. Empresa-cidadã: uma visão inovadora para uma ação transformadora. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (org.). **3º setor: desenvolvimento social sustentado**. São Paulo/Rio de Janeiro: Gife/Paz e Terra, 2000. p. 81-88.

MARX, K. *O Capital*, Vol. 1/1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

MARX, K. O trabalho alienado. In: FERNANDES, Florestan (org.). **Marx/Engels** (Col. Grandes Cientistas Sociais 36 – História). São Paulo, Ática, 1989. (Manuscritos Econômico-filosóficos de 1844; p. 146-164).

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo, Campinas: Boitempo Editorial e Editora da Unicamp, 2002.

MONTAÑO, C. *Terceiro setor e questão social. Crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.

MORAES, R. C. C. de. **Neoliberalismo – de onde vem, para onde vai?** São Paulo: Editora Senac, 2001.

NETO, F. P. de M.; FROES, C. **Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro**. 2 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

PAOLI, M. C. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Democratizar a democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 373-418.

RIFKIN, J. Identidade e natureza do Terceiro Setor. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (org.). **3º setor: desenvolvimento social sustentado**. São Paulo/Rio de Janeiro: Gife/Paz e Terra, 2000. p. 13-23.

SAES, D. A política neoliberal e o campo político conservador no Brasil atual. In ---. **República do capital – capitalismo e processo político no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2001. p. 81-92.

SALAMON, L. **Government and the voluntary sector in an era of retrenchment: the American experience**. Washington, D.C.: The Urban Institute Press, 1985.

SOARES, L. T. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2001.

VEIRA, L. **Cidadania e Globalização**. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

THOMPSON, A. A. Do compromisso à eficiência? Os caminhos do Terceiro Setor na América Latina. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (org.). **3º setor: desenvolvimento social sustentado**. São Paulo/Rio de Janeiro: Gife/Paz e Terra, 2000. p. 41-48.

TOLEDO, M. et al. **Responsabilidade social das empresas**. São Paulo: Peirópolis, 2002.

WUTHNOW, R. **Between states and markets: the voluntary sector in comparative perspective**. Nova Jersey: Princeton University Press, 1991.

Material áudio-visual

PROJETO EMCANTAR. **Projeto Emcantar**. Uberlândia, 1999. 1 disco compacto.

PROJETO EMCANTAR. **Mutirão**. Uberlândia, 2003. 1 disco compacto.

Revistas e outros documentos

CARTA CAPITAL. Edição especial: A onda da responsabilidade social. n.270-A. São Paulo: Confiança, dez. 2003.

CARTA CAPITAL. Edição especial: Responsabilidade social em evolução. n.301-A. São Paulo: Confiança, ago. 2004.

EXAME. Edição especial: Guia de boa cidadania corporativa. São Paulo: Abril, dez. 2002.

EXAME. Edição especial: 100 melhores empresas para você trabalhar. São Paulo: Abril, 2002.

GRUPO ALGAR. **Relatório econômico, social e ambiental**. 2003.

PROJETO CORREIO EDUCAÇÃO. Guia de Atividades: O CORREIO na sala de aula.

REVISTA ALGAR. Empresas brasileiras dão exemplo de responsabilidade social. Uberlândia:
Blues Comunicação, ano 35, n.181, out. 2004